

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Marcelo de Almeida Frota
Enviado em: terça-feira, 14 de dezembro de 2021 09:19
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: PL Nº 5149/2020
Anexos: OF. SENADO FEDERAL_PL Nº 5149-2020.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 16:57
Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>
Assunto: ENC: PL Nº 5149/2020

De: Flávia DAIM [<mailto:flavia@cardiol.br>]
Enviada em: segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 16:12
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Cc: CELSO AMODEO <camodeo@cardiol.br>; camodeo@terra.com.br; Vera Tenorio <veratenorio@cardiol.br>; Breno Garcia <brenogarcia@garciadeoliveira.adv.br>; Luiz Felipe Costamilan <luiz.costamilan@cardiol.br>
Assunto: PL Nº 5149/2020

Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Otávio Soares Pacheco
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Encaminho importante ofício do Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Dr. Celso Amodeo.

Atenciosamente,

Flávia Daim Aquino
Gerente Institucional

Sociedade Brasileira de Cardiologia
(+55 21) 3478-2703 | (+55 21) 99491-8869
flavia@cardiol.br
portal.cardiol.br - O Portal Que Cuida do Seu Coração
penso bem antes de imprimir!





Sociedade Brasileira de Cardiologia

Departamento de
Cardiologia da AMB

Diretoria
(Gestão 2020/2021):

Presidente (Licenciado)
Marcelo Queiroga

Presidente
Celso Amodeo

Diretor Financeiro
Ricardo Mourilhe Rocha

Diretor Científico
Fernando Bacal

Diretora Administrativa
Olga Ferreira de Souza

Diretor de Qualidade Assistencial
Silvio Henrique Barberato

Diretor de Comunicação
Harry Corrêa Filho

Diretor de Tecnologia
da Informação
Leandro Ioschpe Zimerman

Diretor de Relações
Governamentais
Nasser Sarkis Simão

Diretor de Relações com
Estaduais e Regionais
João David de Souza Neto

Diretor de Promoção de Saúde
Cardiovascular - SBC/Funcor
José Francisco Kerr Saraiva

Diretora de Departamentos
Especializados
Andréa Araujo Brandão

Diretor de Pesquisa
David de Pádua Brasil

Diretora Extraordinária de Ciência,
Tecnologia e Inovação
Ludhmila Abrahão Hajjar

Editor-chefe dos Arquivos
Brasileiros de Cardiologia
Carlos Eduardo Rochitte

Rio de Janeiro

Av. Marechal Câmara, 160
3º andar - Centro - 20020-907
Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Tel.: 55 21 3478-2700

São Paulo

Alameda Santos, 705 - 11º andar
Cerqueira César - 01419-001
São Paulo / SP - Brasil
Tel.: 55 11 3411-5500

sbc@cardiol.br
www.cardiol.br



Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2021.

EXMO. SR. RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO
SENADOR - PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
Praça dos Três Poderes
Anexo 2, Ala Teotônio | Gabinete 24
Brasília | DF – CEP: 70165-900
sen.rodrigopacheco@senado.leg.br

Assunto: PL nº 5149/2020.

Senhor Presidente,

Honrado em cumprimenta-lo, a Sociedade Brasileira de Cardiologia manifesta por este ofício a sua preocupação relativamente à recém aprovação do substitutivo ao PL nº 5149/2020, pela Câmara de Deputados.

Sob o honroso pretexto de conceder isenção do IPI na compra de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência, foi aprovado pela Câmara dos Deputados do substitutivo ao PL 5149/2020, de autoria da Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli.

Com o pretenso objetivo de adequação da norma aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, referido PL nº 5149/2020 revoga benefícios fiscais incidentes sobre a venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo Poder Público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre sêmens e embriões da posição 05.11, todos da TIPI.

Ocorre que a revogação dos referidos benefícios fiscais sobrecarregaria sobremaneira o Sistema Único de Saúde (SUS) e a população em geral, violando frontalmente o princípio da seletividade tributária do IPI, conforme estatuído pela Constituição da República de 1988 (Art. 153, IV, e seu §3º, I).

É que, malgrado a instituição do benefício fiscal tenha um louvável mérito, a fonte de custeio é equivocada, na medida em que majora a carga fiscal de produtos médicos-hospitalares, cuja essencialidade é manifestamente indiscutível.



Sociedade Brasileira de Cardiologia

**Departamento de
Cardiologia da AMB**

Diretoria
(Gestão 2020/2021):

Presidente (Licenciado)
Marcelo Queiroga

Presidente
Celso Amodeo

Diretor Financeiro
Ricardo Mourilhe Rocha

Diretor Científico
Fernando Bacal

Diretora Administrativa
Olga Ferreira de Souza

Diretor de Qualidade Assistencial
Silvio Henrique Barberato

Diretor de Comunicação
Harry Corrêa Filho

**Diretor de Tecnologia
da Informação**
Leandro Ioschpe Zimerman

**Diretor de Relações
Governamentais**
Nasser Sarkis Simão

**Diretor de Relações com
Estaduais e Regionais**
João David de Souza Neto

**Diretor de Promoção de Saúde
Cardiovascular - SBC/Funcor**
José Francisco Kerr Saraiva

**Diretora de Departamentos
Especializados**
Andréa Araujo Brandão

Diretor de Pesquisa
David de Pádua Brasil

**Diretora Extraordinária de Ciência,
Tecnologia e Inovação**
Ludhmila Abrahão Hajjar

**Editor-chefe dos Arquivos
Brasileiros de Cardiologia**
Carlos Eduardo Rochitte

Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, 160
3º andar - Centro - 20020-907
Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Tel.: 55 21 3478-2700

São Paulo
Alameda Santos, 705 - 11º andar
Cerqueira César - 01419-001
São Paulo / SP - Brasil
Tel.: 55 11 3411-5500

sbc@cardiol.br
www.cardiol.br



A título de ilustração, em termos de custo, a medida aprovada pela Câmara acarretará um aumento de cerca 30% no preço ao consumidor, incidentes em mais de 18 mil produtos farmacêuticos.

Além disso, o aumento da carga tributária do segmento pode ocasionar o desabastecimento de determinados produtos, tratamentos e tecnologias na Rede Pública de Saúde, em razão da impossibilidade de o SUS absorver a elevação dos preços.

Acaso aprovada nesta casa, o fim do benefício de alíquota zero colocaria em risco, por exemplo, o acesso da população a medicamentos fornecidos gratuitamente pelo SUS ou pelo “Programa Aqui Tem Farmácia Popular”.

Esses medicamentos, que são essenciais e muitas vezes de uso contínuo, destinam-se ao tratamento de doenças como câncer, hipertensão, AIDS, doenças cardíacas, diabetes, além de medicamentos para hepatite, alergias, próstata, artrite, anti-inflamatórios, antibióticos, entre outros.

Dada a importância do tema e a essencialidade dos produtos atingidos com a revogação dos benefícios fiscais em comento, a Sociedade Brasileira de Cardiologia manifesta a V. Exa. a sua extrema preocupação em relação à possibilidade de aprovação da matéria, e conforme permissivo do artigo 93, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se a V. Exa. seja a matéria submetida a audiência pública com entidades da sociedade civil, conforme previsto no artigo 58, §2º, II, da CR-88.

Certos de contar com a sua especial atenção, renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Celso Amodeo

Presidente

Sociedade Brasileira de Cardiologia